

Liminar garante demarcação na reserva indígena Monte-Mor

A Procuradoria da República na Paraíba conseguiu liminar da Justiça assegurando o início da demarcação na reserva indígena Monte-mor, localizada no município de Rio Tinto. A demarcação havia sido suspensa por determinação do Ministério da Justiça, que acatou solicitação de proprietários de usinas da região. A procuradoria entrou com ação civil pública contestando a decisão do ministério.

A liminar saiu sexta-feira passada. O juiz fixou prazo de 15 dias para Funai começar a demarcação. Caso contrário, o órgão estará sujeito a multa de R\$ 10 mil. Segundo o procurador Antônio Edílio, em 97 a Fundação Nacional do Índio aprovou o processo de demarcação das terras.

Interrupção

Conforme ele, os usineiros não apresentaram recurso por meio legal e intercederam junto ao Ministro da Justiça para interromper a demarcação. "O ministério abandonou o processo da Funai e decretou que a área pertenciam as usinas de cana-de-açúcar", disse o procurador.

A Reserva de Monte-mor possui cinco mil hectares de terras. Está dividida em três aldeias: Jaraguá, Alagoa Grande e Brasília. Cerca de



Cícero Silvestre

Antônio Edílio: "O Ministério abandonou a Funai"

1.100 índios vivem no local. Segundo Antônio Edílio, os conflitos entre indígenas e proprietários de usinas da área são históricos, mas a situação agravou-se depois que o Ministério da Justiça decidiu interromper a demarcação.

Penha

A Procuradoria da República já recebeu da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (Sedma) a relação de proprietários de 15 imóveis na praia da Penha, que estariam invadindo

do área de Marinha. Antônio Edílio os convocou para uma reunião que será realizada hoje. Ele quer saber se estão ocorrendo realmente as invasões e quem autorizou.

Segundo ele, a denúncia foi encaminhada à Procuradoria, que solicitou o levantamento à Sedma. O procurador disse que ainda não há elementos suficientes comprovando a invasão da área de Marinha. Com a relação de imóveis, a intenção dele é pedir uma perícia da Delegacia do Patrimônio da União.

COB, PARAÍBA